

Processo n. 2199/2016

29.051.216/0001-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

Av. Prof. João Baptista Portugal, nº 230
Centro - CEP: 27.460-000

RIO CLARO - RJ

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	
Página	481
PROCESSO Nº	2199/16
Fl. Nº	056
ASS.	CA
Certificado Eletronicamente	

Ao Departamento de Arrecadação.

O pedido é de alteração de nome no cadastro geral da prefeitura municipal, para figurar como responsável Bengomar dos Santos Porto pelo pagamento do IPTU cujas inscrições encontram-se acostadas as fls.04/08, notificação as fls.09/014, no qual em síntese, é possível se verificar que o requerente alega que desde 1986 habita o imóvel de 22,5 alqueires, que são proprietários de uma área de terras com 108,9 ou 22,5 alqueires, denominada chacará Pindorama, com inscrição no incra sob o n. 519.037.008.362-9, alega ainda, haver inscrições cadastrais junto ao município em nome de "terceiros" que notifica a prefeitura municipal e o cartório do RGI de que o requerente é o real detentor do direito e exerce a posse do imóvel.

A confusa e inusitada notificação, já demonstra a insegurança do pedido e mostra o não conhecimento da matéria versada nesta notificação, daí porque com todas as vênias, incabível na espécie.

Primus porque, reconhece o Município de Rio Claro, a Sra. Maria Teixeira de Oliveira, como efetiva e real proprietária da área em questão, alias Maria Teixeira de Oliveira ou melhor espólio de Maria Teixeira de Oliveira, teve seu processo de inventário tramitado na comarca da capital, inclusive é parte integrante de um processo de desapropriação aforado pelo município de Rio Claro; secundus porque, tem o espólio herdeiros, logo eles e quem devem ser notificados; tertius porque, o requerente confunde proprietário com detentor, como proprietário deveria aflorar de modo escorreito nos presentes autos essa condição. como detentor de posse, a própria lei já mostra o tratamento a ser utilizado.

Quanto ao pedido, data vênia, incabível na espécie, não basta argumentos, é necessário provas irrefutáveis do direito, alias, não pode e não deve o município, alterar o nome no IPTU, quando as provas existentes mostram, provam com evidencia que Maria Teixeira de Oliveira é a real titular de direitos, assim, caso entenda de modo diferente deve o requerente em razão da notificação acostada aos autos, buscar os meios legais que a espécie requer ou seja, o judiciário.

INDEFERIMENTO.

Isto posto, em face as razões esposadas Opino pelo

Rio Claro - 11 de Julho de 2016

Celso Pereira de Andrade
Subprocurador Geral
GAB/RJ 27926
PMRC - Matrícula: 31/375

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO - RJ

Esta cópia contém com o original que se encontra arquivado no setor competente.

Em 11 de Julho de 2016

José Máximo Souza da Luz
Subsecretário de Arrecadação
PMRC - Matrícula: 30/632

TJRJ RCL VRUNI 201701144426 24/02/17 20:10:13138048 PROGER-VIRTUAL